



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

HISTÓRIA INTELLECTUAL: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Mirian Ribeiro Reis*

História intelectual, história das idéias, história do pensamento político. Segundo Marcos Antonio Lopes (2000), sob todos esses epítetos esconde-se um dos domínios de investigação histórica até recentemente bem pouco conhecido e por demais incompreendido.

Interessando-se por um domínio bem específico: a história do pensamento político, a história intelectual interessa-se particularmente pela compreensão das obras políticas e pelo arsenal instrumental teórico e metodológico posto em prática pelos historiadores empenhados na compreensão dessa dimensão do fazer humano. De disciplina subalterna no conjunto das disciplinas acadêmicas, no início do século XX, a história intelectual, nos últimos trinta anos, passou por um intenso revigoramento, consolidando-se como um importante domínio da pesquisa historiográfica.

Para Jean François Sirinelli (2010), o interesse recente pela história intelectual e seu objeto específico, o pensamento político dos intelectuais, é um fato bastante recente, chegando mesmo a falar em nascimento desse campo de pesquisa, pelos novos enfoques e problemáticas que os historiadores suscitaram ao abordar como objeto o pensamento político dos ditos intelectuais.

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Maranhão

A história política sofreu um verdadeiro ostracismo até a década de 60, principalmente por aqueles historiadores ligados aos Anales. Considerada uma história de pernas curtas, ela foi comumente acusada de ser uma história feita no calor da hora, e por isso mesmo eivada de posicionamentos apaixonados.

Traçando um panorama sobre a história das idéias na Europa (2010), Marcos Antonio Lopes observa que a primeira cátedra da disciplina foi criada tardiamente na França, e tinha como objetivo oferecer aos alunos de ciência política os instrumentais indispensáveis para a compreensão dos grandes nomes do pensamento político. Nos Estados Unidos, não muito diferentemente, a disciplina serviria à formação cívica do cidadão. Michel Winock (2003) fala de uma história pelos pináculos, referindo-se a uma prática historiográfica que visava apenas um encadeamento das idéias de acordo com a grandeza de seus autores ou uma biografia descritiva dos pensadores. De acordo com Chartier

Contra a história intelectual do tempo, a crítica é, portanto dupla. Por isolar as idéias ou os sistemas de pensamento das condições que autorizaram sua produção, por separá-los radicalmente das formas da vida social, essa história descarnada institui um universo de abstrações onde o pensamento parece não ter limites já que não tem dependências. (CHARTIER, 2002, p. 28)

História das idéias descarnadas. A crítica dos historiadores dos anos trinta parece ser principalmente pela não contextualização das idéias e autores ao contexto no qual estão inseridas. Pierre Rosanvallon (1995) chega a enumerar os vícios e fraquezas metodológicas de boa parte da pesquisa histórica que tinha interesse por esse campo de investigação. Dentre elas, podemos citar o que o autor chama de uma *tentação do dicionário*, que na sua concepção seria apenas o reagrupamento das obras consideradas importantes de forma que se possa relacioná-las ao autor, mas que não permite uma compreensão do movimento intelectual do século. A *história das doutrinas*, uma busca genealógica das idéias na história, o que resulta uma busca por precursores, que marcariam etapas na formação da doutrina e o *comparativismo textual*, que nega a historicidade dos textos e das obras. Pensando a obra apenas a partir do que lhe é exterior ou posterior. Neste sentido, a obra deixa de ser interrogada na sua própria dinâmica interna e externa.

A RENOVAÇÃO DO CORPUS

Percebe-se assim que a renovação do campo passou por uma crítica mordaz ao arcabouço teórico-metodológico do que foi considerada a tradicional história das idéias. Neste processo, os intelectuais ligados as Universidade inglesas, especificamente a Universidade de Cambridge, são comumente citados como aqueles que apresentaram os programas mais inovadores no tocante uma alternativa metodológica para a prática de pesquisa nessa área. Segundo Richard Tuck

No decorrer da década de 60, vários historiadores do pensamento político (por coincidência agradável e conveniente muito deles vinculados à Universidade de Cambridge) publicaram suas reflexões de caráter geral sobre sua atividade profissional. Três destes ensaios conseguiram uma reputação duradoura – *The History of Political Thought: a metodological Enquiry* de Jonh Pocock; *The Identity of the History of Idea* de Jonh Dunn e *Meaning and Understanding in the History of ideas* de Quentin Skinner. E desses três foi o de Skinner que provocou mais discussão em parte devido a sua extensão e abrangência muito maiores, mas, sobretudo porque ao contrário de Pocock e Dunn ele tornou seus objetivos muito precisos e especificou-os. (TUCK, 1992, p. 4)

Referência obrigatória nos estudos que têm como temática o pensamento político, Maria Lúcia Pallares Burke (2000) assim define a postura teórico-metodológica de Quentin Skinner com relação aos estudos de histórias das idéias e de filosofia política:

Contraopondo-se aos estudos que tratam os textos clássicos de teoria política como se fossem veículos de sabedoria eterna, Skinner se propõe a abordá-los em relação ao contexto; não tanto de contexto social (que, no entanto, não é excluído de sua análise) como de contexto intelectual e político. O objetivo do seu trabalho poderia ser sumariamente descrito como uma tentativa de descobrir as intenções dos autores de obras clássicas como, por exemplo, *O príncipe e o Leviatã*. (PALLARES-BURKE, 2000, p.308)

Neste sentido, Skinner parece buscar romper com a perspectiva que até então se dava ao conteúdo das obras clássicas. Alargando amplamente o significado de *contexto histórico*, procura mostrar que: primeiro, é preciso ambientar não apenas o conteúdo da obra às suas condições históricas, mas o próprio *ato lingüístico* do autor é específico de um determinado momento. Segundo, mas intimamente relacionado à

primeira questão, as questões postas pelos considerados grandes pensadores têm um caráter bastante específico e estão imersas nos problemas e questões da sua época. Ao definir toda a problemática que norteia sua pesquisa e que foi definida em um artigo de 1969, o historiador inglês afirma

Não queria simplesmente dizer que eu tratava o assunto de forma diferente, mas sim mostrar que aquelas abordagens eram totalmente equivocadas! A primeira delas era a que acreditava que os textos filosóficos estavam numa espécie de eterno presente e que era matéria auto-suficiente, bastando uma análise textual para se entendê-los. O que tentei foi argumentar que há muitas coisas importantes sobre os textos que precisam ser estudadas, além dos próprios textos, se se quiser compreendê-los (...) (PALLARES-BURKE, 2000, p. 315)

Neste sentido, Skinner se contrapõe a duas perspectivas. A primeira é a que pensa que no texto está contido todo o significado das idéias do autor, sendo este o objeto por excelência e último da pesquisa; e a segunda é a que pensa descobrir idéias intemporais, de aplicação universal a todos os lugares e épocas e sociedade. Para Skinner, é extremamente importante o historiador perceber e compreender o contexto intelectual no qual tais obras surgiram bem como qual era a intenção do autor com tais textos

Quando falo da intencionalidade dos autores, não estou me referindo ao significado dos textos ou elocuições, mas o significado do ato de escrever o texto ou proferir uma elocução. Na verdade, minha teoria da interpretação, diferentemente de outras teorias mais tradicionais, dá grande ênfase ao que chamo de atos lingüísticos. Trata-se na verdade de saber o que o autor queria com o texto, o que significa também com as intenções do autor, mas no sentido ao qual não se podem aplicar as críticas que me foram dirigidas. (SKINNER, 2000, p.320)

Por intenção do autor, Skinner entende o objetivo que o escritor tinha quando da escritura do texto, as quais as questões ele ponderava e em qual debate ele intervinha. Neste sentido, Skinner toma o texto como uma ação, como um mecanismo de intervenção em um debate geralmente muito específico, refutando assim a perspectiva que vê nos textos uma espécie de a-temporalidade das idéias e das questões discutidas. Para Skinner, o historiador está sempre à beira do risco de impor ao passado categorias de percepção e apreciação do mundo que são suas. Quando se trata do estudo das idéias, através apenas dos textos e das obras dos autores, negligenciando o contexto em que elas foram produzidas, este risco é imensamente maior

La pertinência de este dilema para la historia de las ideas_ y en especial para la afirmación de que el o historiador debe concentrarse simplismente em el texto en si mismo-consiste desde luego, en que nunca será posible, de hecho, estudiar simplismente o que dijo cualquier autor clásico dado(en particular en una cultura ajena) si poner em juego algunas de nuestras propias expectativas com respecto o que debe haber dicho. Éste es sencillamente el dilema que los psicólogos conocen como el factor determinante(al parecer includlibe) del equipamiento mental do observador. Nuestra experiência pasada “nos impone percibir los detalles de cierta manera”. Y uma vez establecido este marco de referencia, “el proceso consiste em estar preparado para percibir o reaccionar de uma manera determinada. En lo que se refiere a mis objetivos actuales, el dilema resultante puede enunciarse en la proposición formalmente crucial pero empiricamente muy elusiva de que estos modelo e preconetos em cuyos términos organizamos y ajustamos de manera inevitable nuestras percepções e pensamientos, tenderán a actuar como determinantes de lo que pensarnos o percibimos. Debemos clasificar a fin de entender, y sólo podemos clasificar lo desconocido en términos de lo conocido. El riesgo constante, en los intentos de ampliar nuestra comprensión histórica, es entonces que nuestra mismas expectativas sobre lo o que alguien debe decir o hacer determinen que entendamos que el agente hace algo que el mismo no habría aceptado- o ni siquiera podria haber aceptado-como descripción de lo que estaba haciendo (SKINNER, 2000, p. 152)

A advertência de que o historiador ao tentar compreender o pensamento dos homens no passado corre o risco de impor as suas expectativas sobre as idéias veiculadas no texto é bastante enfatizada por Skinner, quando afirma que o risco constante na intenção de ampliar nossa compreensão histórica é a de impormos nossas concepções de mundo a práticas, no caso da história das idéias, a práticas escritas- que teve um sentido bastante diverso daquele que o autor atribuiu-lhe, *que nossas expectativas sobre o que alguém deve ter dito ou feito determinem que entendamos que o agente fez algo que o mesmo não havia aceitado ou nem sequer poderia ter aceitado como descrição do que estava fazendo.*

Renato Janine Ribeiro (2000) vai mais longe nessa concepção de que o texto escrito deve ser encarado como um construto bastante específico. Para este, não apenas o texto está imerso em questões bastante específicas, mas também se destina a uma espécie de leitor ideal

O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo porém arma. Um pensador político não procura refletir o seu

tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo de eficácia própria do discurso. A leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia. Escrever e ler, portanto, não são meros efeitos: são produtores. (RIBEIRO, 1999, p.340)

Para Renato Janine Ribeiro, o objetivo do texto, por exemplo, um texto de Hobbes, é um diálogo com o leitor, o que pressupõe que o tema tratado só é pertinente àqueles que de fato o interessa, refutando, assim, a ideia de um leitor universal. Segundo este, a alguns aspectos do texto só são acessíveis ao leitor a quem é destinado. O risco dessa perspectiva parece ser o que Chartier (2009, p. 38) considera como uma herança problemática da história cultural, que seria uma relação mecânica, direta, entre os grupos sociais e os níveis culturais. Para Chartier, essa análise re-partilha o social pela distribuição das fortunas e pelo enquadramento profissional dos grupos e considera que a partir daí poderá ser reconstituído os diferentes sistemas de pensamento e de comportamento culturais.

Neste caso, o risco apontado por Chartier parece ser o de um reducionismo entre a posição em que o sujeito encontra-se no espaço social e o consumo ou produção dos objetos e/ou práticas cultural. No tocante à história intelectual, essa perspectiva tem pelo menos duas implicações: a primeira é relacionar diretamente as hierarquias sociais às diferentes formas de produção ou uso dos bens culturais, no caso, os textos políticos. A segunda é que desconsidera as formas de uso dadas por diferentes grupos a esses bens culturais. Nesta perspectiva, o mais importante seria ao contrário ou para além de se identificar as clivagens que atravessam o mundo social e que por isso mesmo geram práticas culturais distintas, perceber como diferentes grupos, em diferentes momentos históricos, se apropriam de um bem cultural ou de bens culturais que são mais ou menos compartilhados. No tocante a história intelectual, essa perspectiva parece chamar atenção para

Prestar, assim atenção às condições e aos processos que muito concretamente são portadores das operações de produção de sentido, significa reconhecer, em oposição à antiga história intelectual, que nem as idéias nem as interpretações são descarnadas, e que, contrariamente o que colocam os pensamentos universalizantes, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1995, p.6)

Neste sentido, o importante é a compreensão de que as idéias são produtos de um contexto intelectual e político bem como das trajetórias desses agentes e que a leitura não é um ato passivo, mas um investimento de sentido daquilo que está sendo lido, o que torna o ato de ler um ato criativo, criando assim um outro universo de significações.

Por outro lado, segundo Marcos Antonio Lopes, em história intelectual é por demais perigosa uma perspectiva que pensa que o sentido do texto se resume ao momento de sua enunciação. Resumindo a perspectiva que vê o texto como irredutível a mecanismos de controle, ele assim se coloca

Em síntese, o texto é mais obra do leitor que do autor, uma cidadela completamente aberta ao assalto de hordas que poderão fazer dele uma terra de ninguém. Dito de outra forma, o leitor é um construtor de sentido, um inventor de significantes, atuando com tal margem de liberdade em relação ao objeto que faria corar o mais heterodoxo dos historiadores contextualistas. A análise do discurso pós-estruturalista desumaniza a história das idéias, extraindo-lhe aquilo que, para os historiadores, caracteriza a sua natureza mais profunda: a ação humana expressa pelos atos lingüísticos. (LOPES, 2002, p.86)

Negando o que para os praticantes da história intelectual é central: os agentes que se encontram por traz do próprio texto e o contexto social, político e lingüístico que o texto não apenas reflete mais ajuda a formar.

Diante da dificuldade de uma definição que dê conta do real objeto da História intelectual, o historiador Roger Chartier propõe como método de investigação o que parece ser uma relação entre o objeto-sujeito-temporalidade. Para este, o conceito mais aceitável e menos problemático de história intelectual seria aquele que busca delimitá-la como sub-campo da história que tem por objetivo a compreensão de uma obra (seja ela literária, artística etc.) e de um “autor” na intersecção de uma temporalidade diacrônica, ou seja, relacionando a obra, o texto, o sistema de pensamento com a produção que lhe antecedeu num mesmo ramo de produção cultural, bem como em uma relação temporal sincrônica, no qual o historiador estabelece uma relação entre esse produto ou artefato em relação as produções de outros na mesma época no qual o objeto é produzido.

Para Marcos Antonio Lopes (2002), uma operação analítica no âmbito da história das idéias deve de ante mão tentar identificar o *gênero literário* do qual o autor faz parte. Gênero entendido aqui, como aquele elemento que faz com que dentro de uma *operação lingüística*, esses autores fossem de certa forma, inteligíveis para sua própria cultura. Outro elemento que devem ser procurados numa pesquisa no campo de investigação de história intelectual, e que está intimamente ligado ao primeiro, seriam as *regras lingüísticas*, ou seja, no interior de qual vocabulário normativo o autor se movimenta, ou seja, os termos, as linguagens lançada mão pelo autor na intenção da produção de um sentido.

Neste sentido, de disciplina subalterna no conjunto das ciências sociais a um instrumental pedagógico para formação cívica do cidadão, a história intelectual ou história do pensamento político sofreu varias transformações no decorrer do século XX. Hoje, para além dos elementos presente no texto, o historiador da história intelectual- até pelas regras próprias ao fazer historiográfico- no âmbito da disciplina deve esta preocupados com as intenções do autor dentro dos limites da cultura limites estes, que variam desde a temática tratada até a *as regras lingüísticas* que davam *os contornos* desta operação. Por outro lado, a nova história das idéias preocupa-se não apenas com o pensamento dos considerados grandes autores, mas também com aqueles textos considerados menores, atentando se assim, a partir das contribuições de Bourdieu, para os mecanismos de consagração dos chamados clássicos.

Nessa descida dos pináculos, a história do pensamento político passou a se preocupar pelas formas de como essas idéias, mais do que se difundem, são *apropriadas*, o que representa muitas vezes uma re-significação pelos sujeitos a partir de visões de mundo próprias, bem como pelos mais diversos veículos de transmissão como os jornais, os livretos, panfletos e literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. **História intelectual e história das mentalidades:** uma dupla reavaliação. In: À beira da falésia: entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____ **Cultura popular:** revisitando um conceito historiográfico. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 8 n. 16, 1995

LOPES, Marcos Antonio. **Para ler os clássicos do pensamento político:** um guia historiográfico. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora UFRJ 2003.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história.** São Paulo: Editora da Unesp, 2000

ROSANVALLON Pierre. **Por uma história conceitual do político.** In: Revista brasileira de história. São Paulo, n. 30, 1995.

RIBEIRO, Renato J. A filosofia política na história. In: _____ **Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

SKINNER, Quentin. **Significado y comprension em la historia de las ideas.** Tradução de Horacio Pons. In: Prisma: revista de história intelectual. N. 4, 2000.

_____ Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história.** São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René. (org.) **Por uma história política.** 2. Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992